



UMA RELEITURA DAS IDEIAS DE PAULO FREIRE: TESSITURAS COM A INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Karla Fernanda Wunder Da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8350-0726>.

E-mail: karla.wunder@edu.pucrs.br.

Resumo: Este artigo constitui um ensaio que tem por objetivo refletir sobre a educação inclusiva e seus preceitos, estabelecendo uma relação com alguns pressupostos teóricos do educador Paulo Freire e oferecendo espaço para uma releitura da educação inclusiva em seu sentido mais amplo. Aponta-se que as contribuições de Paulo Freire para a Educação não ficam restritas apenas à alfabetização de jovens e adultos, mas oferecem suporte teórico e prático para reflexões profundas em quaisquer outros contextos educacionais, nos quais o processo ensino/aprendizagem seja visto como elemento possível de constituição de sujeitos autônomos e de novos e diferentes saberes. Encontra-se em Paulo Freire possibilidades de articulação com a educação inclusiva à medida que o autor questiona todo e qualquer processo de exclusão escolar e social e referenda que a escola é direito de todos e deve ser um espaço democrático e dialógico.

Palavras-chaves: Educação. Paulo Freire. Educação inclusiva.

A RELEASE OF THE IDEAS OF PAULO FREIRE: TESSITURES WITH THE SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

Abstract: This article is a essay that aims to reflect on inclusive education and its precepts establishing a relationship with some theoretical assumptions of educator Paulo Freire; offering space for a re - reading of inclusive education in its broadest sense. It is pointed out in this text that Paulo Freire's contributions to education are not only restricted to youth and adult literacy. But offer theoretical and practical support for deep reflections in any other educational context where the teaching/learning process is seen as an element autonomous subjects and new and different knowledge. We find in Paulo Freire possibilities of articulation with inclusive education as the author questions any and all processes of school and social exclusion and says that school is the right of all and should be a democratic and dialogical space.

Keywords: Education. Paulo Freire. Inclusive education.

Iniciando a releitura

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. (FREIRE, 2002, p. 23-24).

Quando falamos em exclusão social, educação libertadora, dialogicidade, pedagogia da autonomia, entre outras expressões relacionadas às práticas educativas, automaticamente, voltamo-nos ao eminente educador Paulo Freire. Reconhecido nacional e internacionalmente, a essência de seu pensamento está voltada para os excluídos da sociedade. Seu trabalho e sua vasta obra literária expressam ideias e ações necessárias no campo educacional, que servem de inspiração para gerações de estudantes, de professores e de outros tantos sujeitos/profissionais que atuam nos movimentos populares.

As concepções do autor têm influenciado inúmeros estudiosos, pelas ideias que se fundem às expectativas de muitos educadores, ano após ano, imergindo e emergindo no/do meio social brasileiro para a desejável inserção social de todos. São ideias provocadoras, consistentes, que tecem a realidade pessoal e profissional de educadores, orientando a teoria e as práticas educativas vinculadas a contextos históricos. O pensamento de Freire dirige-se aos movimentos sociais, às lutas de classes, aos golpes políticos, à busca e ao avanço das forças populares, ao clamor por justiça e igualdade social. Paulo Freire não apenas fala sobre estes momentos históricos, mas também os vivencia. Ao vivenciá-los, transforma-se, em um contínuo processo, num sujeito atuante que crê em mudanças e em novas possibilidades.

Mudança é uma palavra simples, mas de sentido complexo; tema que desponta na maioria das obras deste educador. De forma direta, pode-se dizer que, mesmo sob diferentes enfoques, Freire a entende como a sonhada mudança/transformação de uma sociedade oprimida, e que oprime, para uma sociedade igualitária, que substitui a sociedade dos oprimidos e dos opressores, ou seja, uma sociedade sem exclusão. A preocupação maior do autor é com o papel que a educação, enquanto possível instrumento de conscientização, deve assumir “no” e “para” o processo de mudança.

Freire (2000) diz que a educação tem um papel primordial na sociedade e que se ela sozinha não consegue desencadear processos de mudança para uma efetiva transformação, sem

ela, tampouco, esta irá se modificar. Resta saber e questionar sobre o papel que ela deve e pode assumir na engrenagem coletiva a fim de promover uma verdadeira inserção do cidadão no seu meio social, de forma crítica, consciente, verdadeira – não alienada e não alienante.

Nesse sentido, fazendo uso de suas próprias palavras, ressalta a importância:

Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável. (FREIRE, 2000, p. 58).

Portanto, pela educação se iniciam e se propõe alternativas de mudanças que se propagam, muitas vezes, para outros setores da sociedade, sendo incorporadas por tais segmentos, alterando assim, aspectos da vida humana, da comunidade e do país.

Uma das propostas de mudança/transformação que a educação deve/pode assumir diz respeito à inclusão escolar de alunos com deficiência. Mesmo nunca tendo abordado profundamente este assunto, ou seja, se voltado a esta parcela da sociedade que apresenta especificidades singulares, é certo que os vários conceitos e princípios discutidos e descritos nas obras de Paulo Freire são pertinentes ao processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Assim, o principal objetivo deste artigo é, por meio da releitura de suas obras, refletir sobre alguns conceitos centrais de seus estudos correlacionando-os a aspectos da educação inclusiva e estabelecendo, dessa forma, novas teias neste campo do saber. Corroborando com esta proposta, Freire afirma que:

A aprendizagem da releitura implica o aprendizado de nova linguagem. Não posso re-ler o mundo se não melho os velhos instrumentos, se não os reinvento, se não aprendo a lidar com a parcialidade que se relacionam na totalidade que cindi para conhecer. A leitura nova [...] demanda igualmente uma nova linguagem – a da possibilidade, aberta à esperança (FREIRE, 1995, p. 61).

Para a tessitura pretendida, entre as ideias de Paulo Freire e os conceitos que permeiam a inclusão escolar e social, as obras escolhidas apontam para ideias que sustentem uma educação popular, igualitária e que podem servir de base para repensar o papel da escola e dos educadores. Ainda, abordam e elucidam em seu escopo as artimanhas de propostas de educação e políticas sociais embasadas no neoliberalismo que negam, frequentemente, a humanização e a libertação dos seres humanos. Essas obras ressaltam o compromisso profundo e ético de Paulo Freire na defesa de uma educação libertadora e da existência do Outro de forma digna,

valorizando histórias e o ato de ensinar, refletindo sobre as exigências que esse ato demanda de cada educador ou educadora.

Relendo conceitos

Paulo Freire propõe uma nova concepção de educação: não como transmissão de conhecimento, pelo educador, mas, antes de tudo, como ato político, como possibilidade de conhecimento real e profundo da história pessoal e da sociedade. Ele a vê, ainda, como ato criador.

A educação tem como objetivo primordial transformar a realidade para melhorá-la, torná-la mais justa, mais humana. Visa permitir que todos, homens e mulheres, sejam reconhecidos como sujeitos construtores da sua história, e que não sejam meros objetos moldados ou manipulados pelos outros. Como Freire (1995, p. 30) mesmo afirma: “jamais aceitei que a prática educativa devesse ater-se apenas à ‘leitura da palavra’, à ‘leitura do texto’, mas também à ‘leitura do contexto’, à ‘leitura do mundo’”.

Em sua proposta, educação é aquela capaz de formar sujeitos críticos, que sejam curiosos, questionadores, indagadores, que exercitem o raciocínio lógico e rápido – uma efetiva e competente análise crítica. Sendo assim, sua prática diária não pode ser descontextualizada do mundo. Muito pelo contrário, precisa vincular o aluno a uma busca consciente e crítica de ser, de estar e de agir no mundo, dando a ela sentido.

O processo educativo que propicia a ação e reflexão possibilita o alcance de novos níveis de elaboração mental pelo aluno, ensinando-o a pensar criticamente. Esta é a educação necessária para o nosso tempo, a fim de dar conta da “gama de diversidade” de situações da presente sociedade, da constante massa de informação tecnológica, das conquistas do homem nas diversas áreas do conhecimento científico e dos valores que se transformam de época para época.

Para o autor, a educação trata de reconhecer a História como um espaço de possibilidade, de construir e reconstruir a realidade, libertando o sujeito das amarras que o engessam em uma ideologia de menos-valia, de menos favorecido, de exclusão. Contudo, uma prática que envolve o estímulo à curiosidade, ao desejo de saber mais, de querer algo mais, exige reflexão crítica, prática coerente, conscientização e testemunho de vida; do contrário, não alcançará eficácia.

Consciente das exigências, que muitas vezes tornam o processo cansativo, o educador afirma claramente que: “estudar não é uma tarefa de facilidade. Não é piquenique num fim de semana numa praia tranquila. Estudar é mais demandante” (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 59). Exatamente por isso a educação, na perspectiva deste autor, viabiliza transformações, pois ela lida com a realidade direta do educando e sua subjetividade, sua ideologia, sua consciência, sua postura frente ao mundo.

A proposta pedagógica de Freire é de uma educação problematizadora, não autoritária, que rompe com a postura cristalizadora da educação tradicional de dominação. Em sua proposta, professores e alunos ensinam e aprendem juntos. Institui-se a cultura do educando como “ponto de partida”, para que ele avance na leitura do mundo, percebendo-se como sujeito atuante desta história que pode e deve ser lida e vivida.

Nessa concepção, professores e alunos devem engajar-se em um diálogo permanente, caracterizando um relacionamento horizontal de igualdade e não de dominação. Cria-se, dessa forma, um clima em sala de aula em que estudar, aprender, ensinar e refletir são atos sérios, mas também provocadores de alegria (FREIRE, 1995). Nesta nova relação que se estabelece entre ambas as partes, é necessário o respeito aos conhecimentos do educando(a) e suas possibilidades.

É preciso que o(a) educador(a) saiba que seu “aqui” e o seu “agora” são quase sempre o seu “lá” do educando. Mesmo que o sonho do(a) educador(a) seja não somente tornar o seu “aqui - agora” com ele ou compreender, feliz, que o educando ultrapasse o seu “aqui”, para que este sonho se realize tem que partindo “aqui” do educando e respeitá-lo. No fundo ninguém chega lá, partindo dela, mas de um certo aqui. Isto significa, em última análise, que não é possível ao(a) educador(a) desconhecer, subestimar ou negar os “saberes de experiências feitos” com que os educandos chegam à escola (FREIRE, 1999, p. 59).

Sendo assim, reafirma-se a ideia de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p. 24) a partir do que os educandos sabem. Não é ficar girando somente em torno do saber hierarquizado. Ensinar e aprender são processos mais complexos, é partir do “já sabido”, pôr-se a caminho para superá-lo, transformá-lo e construir novos conceitos. O movimento do pensamento é uma das faces da tessitura possível no espaço educativo.

Portanto, essa pedagogia mostra uma nova forma de constituição para a relação entre educadores e educandos. Esta nova proposta político-pedagógica elenca-os como sujeitos na construção de um conhecimento que busca a transformação da consciência do educando e a luta

por uma sociedade igualitária, justa e democrática. Valores esses que começam a ser vividos e assumidos pelos alunos em sala de aula, no convívio com os outros e com o educador(a), num espaço de diversidades físicas, cognitivas e socioafetivas.

Essa nova proposta educativa, contudo, não significa falta de planejamento, de diretividade, de organização, de sistemática. Freire (1999) deixa explícito em suas falas que “não há educação sem ensino, sistemático ou não, de certo conteúdo” (p. 110). Planejar faz parte da ação educadora: organizar o que se busca como objetivos para cada aluno atendido e o que se espera alcançar ao discutir determinados assuntos. O professor ainda tem um papel importante no processo de ensino e de aprendizagem, ainda precisa sistematizar o conhecimento, só que, sob este novo enfoque, essa etapa ocorre em parceria com os sujeitos aprendentes. O que difere a práxis do professor numa perspectiva democrática de um professor tradicional é a forma como ele vai gerenciar esses momentos de sistematização em sala de aula e no dia a dia da escola.

A prática pedagógica, segundo Freire (1999), é sempre diretiva, seja ela autoritária ou democrática. O que acontece, para o autor, é que, quando a diretividade do educador ou educadora interfere – muitas vezes até anulando – na capacidade indagadora, criadora, questionadora, exploradora e pesquisadora do aluno, então, neste momento, ela se converte em autoritarismo do educador(a). O educador democrático não exercerá um autoritarismo, pois “a diretividade do educador numa postura democrática é limitada pela capacidade criadora do educando” (FREIRE; GUIMARÃES, 1982, p. 93).

Da mesma forma, o autor não nega totalmente o valor das aulas expositivas. Faz, sim, uma crítica à forma de algumas delas. Afirma que essas são necessárias para a introdução de conteúdos, desde que, após, e através delas, o(a) educador(a) possibilite trocas de informações entre os educandos, circulação do conhecimento na sala de aula. Afinal, o(a) educador(a) não é a única fonte de saber. Sinaliza, então, que é preciso realizar uma análise sobre as aulas expositivas e suas várias facetas. Confirmam-se estas ideias através do excerto a seguir:

O mal, na verdade, não está na aula expositiva, na explicação que o professor ou a professora faz [...]. Critiquei e continuo criticando aquele tipo de relação educador-educando em que o educador se considera o exclusivo educador do educando. Em que o educador rompe ou não aceita a condição fundamental do ato de conhecer que é sua relação dialógica (FREIRE, 1999, p. 119).

Há aulas expositivas que se resumem à pura transmissão, do professor para o aluno, de conteúdos acumulados – não há mais nada do que isso: o professor fala, o aluno escuta e copia. No entanto, há outras em que o professor apresenta uma exposição inicial do tema, com conceitos básicos, necessários à sua compreensão e, na continuidade da atividade, os alunos são desafiados e instigados a questionar, participando efetivamente.

Perguntando e respondendo, os alunos estão fortalecendo a curiosidade, construindo conceitos e ampliando conhecimentos. O papel do(a) educador(a) progressista é o de favorecer a descoberta, propiciar que o educando seja sujeito de sua formação e não só objeto.

A pedagogia proposta não pode ser imobilizante; precisa ser dinâmica, construtiva, questionadora. Não pode jamais oferecer aos educandos as respostas prontas, mas levá-los a buscá-las, nas trocas e no diálogo com o outro. Corroborando esta ideia, Freire (1995, p. 19) salienta que a “educação da resposta não ajuda em nada a curiosidade indispensável ao processo cognitivo. Ao contrário, ela enfatiza a memorização mecânica dos conteúdos. Só uma educação da pergunta aguça, estimula e reforça a curiosidade”.

Ressalta-se, contudo, que para que a prática pedagógica exposta ao longo deste texto, aconteça de fato, é necessário que esteja atrelada, perpassada por um conceito muito presente nas obras de Paulo Freire: o diálogo. Segundo o educador, seu significado está na “possibilidade de que disponho de, abrindo-me ao pensar dos outros, não fenecer no isolamento” (1999, p. 120).

Na concepção freireana de educação libertadora, é justamente a possibilidade da existência do diálogo que torna a relação de professores e alunos uma relação horizontal, que se nutre de amor, humildade, esperança, fé e confiança.

A relação dialógica, porém, não anula, como às vezes se pensa, a possibilidade do ato de ensinar. Pelo contrário, ela funda este ato, que se completa e se sela no outro, o de aprender, e ambos só se tornam verdadeiramente possíveis quando o pensamento crítico, inquieto, do educador ou da educadora não freia a capacidade de criticamente também pensar ou começar a pensar do educando. (FREIRE, 1999, p. 118).

A fim de que se estabeleça o diálogo, é preciso que exista o respeito aos educandos como indivíduos e representantes de uma parcela da sociedade. É necessário também que o educador escute as necessidades e as opções desse grupo. Isso tudo exige tolerância por parte do(a) educador(a). A relação dialógica é uma prática fundamental, e os(as) educadores(as)

verdadeiramente democráticos são dialógicos pela própria opção que fizeram na escolha de sua linha teórico-metodológica.

Essa relação supõe, de antemão, que ambos os sujeitos terão, ou desenvolverão, durante o percurso educativo, maturidade, espírito aventureiro, desejo de conhecer, segurança ao questionar e responsabilidade ao responder. Supõe o respeito mútuo entre os sujeitos, mantendo-os abertos a todas as possibilidades de conhecimento.

A dialogicidade, em uma opção democrática de educação, é exigência diária. Usar o diálogo não é negar a importância e a autoridade que o(a) educador(a) representa, mas deixar fluir a liberdade que o educando tem de expressar-se, de ser um “indivíduo pensante”. Freire afirma ainda que:

O diálogo entre professoras e ou professores e alunos ou alunas não os torna iguais, mas marca a posição democrática entre eles ou elas. Os professores não são iguais aos alunos por *n* razões entre elas porque a diferença entre eles os faz ser como estão sendo. Se fossem iguais, um se converteria no outro. O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro (FREIRE, 1999, p. 118).

As ideias propostas por Paulo Freire são bastante coesas, especialmente quando se percebe que, nos dias de hoje, há uma necessidade urgente de modificação da estrutura da educação oferecida nas escolas de nosso país. As escolas brasileiras estão demasiadamente conteudistas e pouco humanistas. Fundamentalmente, a quantidade de conteúdos apresentados aos alunos não os tem tornado críticos e agentes transformadores da sociedade em que vivem. As escolas oferecem, muitas vezes, uma educação puramente mecânica e depositora de conteúdos, não construtora de conhecimentos.

É necessário mudar, e o autor fala demasiadamente sobre isso em seus escritos. Essa necessidade de mudança é premente no ser humano, faz parte da história da humanidade. Não há história imóvel, uma cultura imóvel. Tudo muda sempre e cabe a nós, seres humanos, procurarmos entender as mudanças, suas reais necessidades e, a partir daí, transformarmos as dificuldades em possibilidades. Freire afirma que:

[...] na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de entender, de decidir, de escolher, de valorar, de, finalmente, **eticizar** o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente sonhos por cuja realização nos batemos. Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão, não seja uma presença neutra (2000, p. 33, grifo do autor).

Frequentemente, decidir é um momento bastante doloroso, pois envolve riscos. Mas não há nada na vida que não envolva riscos e ser educador(a) também envolve escolhas, decisões, mudanças.

A diversidade na atualidade exige uma nova educação e um novo educador(a). Igualmente, impõem-se mudanças de paradigmas, de valores e de propostas pedagógicas. As novas demandas vêm chegando e precisamos estar preparados para tomar parte deste novo espaço histórico, assim como para mudar; algo que “é difícil, mas é possível. Devemos insistir sobre a possibilidade de mudar, apesar das dificuldades” (FREIRE, 1995, p. 48).

Um novo paradigma de educação se lança ao mundo, o paradigma inclusivo. Ele amedronta os educadores deste século e propicia uma releitura de autores na busca de embasamentos teóricos que deem sustentação à práxis do professor. Nessa procura, pode-se errar ou acertar, mas “não é possível viver, muito menos existir, sem riscos. O fundamental é nos prepararmos para saber corrê-los bem” (FREIRE, 1999, p. 79).

Tecendo teias no processo educacional inclusivo

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não pode se dar (FREIRE, 2002, p. 136).

Há fundamentais aspectos para que o ato educativo sob o paradigma inclusivo seja verdadeiramente um processo humanista. Alguns se referem à capacidade dos professores aceitarem e respeitarem as diferenças entre os seres humanos, seja cognitiva, nas habilidades motoras, nas condições sensoriais, nos níveis socioeconômicos e culturais, entendendo-as como dotadas de um valor que está na contribuição que agregam à vida pessoal e coletiva e não como uma menos valia/desvalorização do indivíduo. Percebe-se, na citação de Paulo Freire, acima referida, que essa demanda se assemelha ao que é exigido de um educador progressista, um educador capaz de compreender que a “educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 2002, p. 110).

Ambos os educadores, tanto progressista quanto o inclusivo, necessitam ter virtudes específicas que permitam enxergar além das aparências e do que é mostrado no dia a dia. Os

educadores progressistas acolhem o processo inclusivo, compreendendo que é imprescindível “olhar para além das aparências” e do que se apresenta, muitas vezes, no cotidiano. Assim, essa postura assumida/vivida poderá dar conta da diversidade, na sociedade contemporânea, existente nas escolas.

A grande demanda da educação inclusiva está no fato de que as escolas regulares precisam lidar com a diversidade de alunos que chegam até ela, garantindo o acesso à escola e a permanência de cada aluno nos espaços coletivos de aprendizagem.

Mesmo não tendo se dedicado aos sujeitos com deficiência, Paulo Freire era avesso a qualquer tipo de discriminação, considerava-as imorais. Afirmava ele:

A minha rebeldia contra toda espécie de discriminação, da mais explícita e gritante a mais sub-reptícia e hipócrita, não menos ofensiva e imoral, me acompanha desde minha tenra infância. Desde a mais tenra idade que reajo, quase instintivamente, contra toda a palavra, todo o gesto, todo o sinal, de discriminação (FREIRE, 1999, p. 145).

O fenômeno da exclusão escolar e da discriminação às pessoas com deficiência é histórico. Há muito são buscados os direitos de acesso desses sujeitos a instituições escolares, ou seja, a democratização do ensino. Para isso, é necessário que a escola sofra transformações significativas, prime pela qualidade de vida em que o respeito aos outros seja um princípio vivenciado. É fundamental que seja respeitada a diferença e o direito de aprender de acordo com suas possibilidades e necessidades, bem como valorizadas as conquistas individuais e coletivas.

É primordial numa proposta baseada na premissa de respeito ao outro e suas diferenças, que a educação seja antes de tudo escuta. Escuta do outro e suas necessidades, mas também de suas potencialidades para além da marca da deficiência. Freire assegura que:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não pode se dar. [...] Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me a escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito, é um isto ou aquilo, de tratável e desprezível. (FREIRE, 2002, p. 136).

Faz parte da educação inclusiva a possibilidade de conviver e aprender com a diferença. A escola deverá ser este espaço de convívio, onde problemas poderão surgir, mas lá estes devem ser trabalhados de modo que as diferenças sejam entendidas, respeitadas, e não “camufladas” através de posturas que mais discriminam do que aproximam as pessoas. Ensinar, numa

perspectiva inclusiva, “exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 2002, p. 39).

Para bem fazer parte deste novo momento histórico, o(a) educador(a) deve reconstruir seu papel, o seu saber. Além disso, ele deve envolver os educandos pelo comprometimento frente à diversidade para viver e atuar em um mundo rico em diferenças, presentes no cotidiano da sociedade, pela solidariedade necessária entre os seres humanos. Da mesma forma, a escola precisa rever sua função na sociedade atual, atendendo a novas necessidades, assumindo sua parcela de participação no processo histórico de exclusão social e educacional e tentando reverter este quadro.

Quando a instituição não consegue tecer sua proposta educacional baseada no processo inclusivo verdadeiro, muitas vezes, as crianças são rotuladas, favorecendo sua exclusão do sistema escolar. A marca da deficiência traz com ela a ideia deturpada de um corpo incapaz, de um sujeito incapaz. Como afirma Marques: “um corpo deficiente é considerado um corpo doente e improdutivo, sobre o qual as relações de poder têm alcance imediato” (2006, p. 222). Relações de poder essas que iniciam realizando separações dos que podem ou não podem, dos que tem condições e dos que não as tem, identificando a deficiência como impossibilidade de tudo e para tudo.

Pensar assim é desacreditar na capacidade do homem de manifestar-se como ser no mundo. É negar-lhe, como acredita Freire, a condição de sujeito, de participar da dinâmica da sociedade. É colocar o portador de deficiência como um ser incapaz, de tratá-lo como animal, negando-lhe sua própria subjetividade (MARQUES, 2006, p. 222).

Identifica-se, então, o papel essencial que tem a escola na manutenção ou não dessas relações de poder, do movimento que exclui o diferente sem minimamente enxergá-lo como ser social e de desejo. A patologização da diferença é vista como uma das ações de exclusão do ser humano dos processos naturais de escolarização e amadurecimento social (MARQUES, 2006).

A escola precisa repensar com urgência a respeito da rotulação dos aprendizes, sejam quais categorizações utilize no seu cotidiano, já que, ao criá-las, estará também perpetuando-as e delegando ao estudante um futuro nada promissor; uma vida em que o rótulo estipulado falará sempre mais forte do que as possibilidades do sujeito. Nessa perspectiva, a escola deve repensar:

A própria rotulação de uma criança, qualquer que seja a idade dela, como criança-problema, por exemplo, ou como criança excepcional, que deve então ser posta em uma salinha diferente, com outra professora. Em primeiro lugar, essa classificação já é em si muito perigosa de ser feita. Segundo: em face de toda a criança considerada problema, rebelde, a escola se teria de perguntar sobre si também. No fundo, quem é mais problema? É a criança ou é a escola? (FREIRE; GUIMARÃES, 1982, p. 96).

Para que a prática inclusiva se estabeleça, é preciso que a escola não afirme apenas que não expulsa os alunos. Ela precisa acolher a todos os alunos, sem pré-determinar critérios de possibilidades de aprendizagem. Deve, no entanto, gerenciar um processo de ensino-aprendizagem que respeite o ritmo e as possibilidades de avanço de cada indivíduo. “É preciso que se vá fazendo, a pouco e pouco, uma reformulação da prática da escola” (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 50).

A grande mudança no paradigma inclusivo, e muitas vezes o mais complicado de acontecer, é modificar o sistema escolar e tudo o que ele envolve, afastando o já sabido, perpetuado, sem desafios. Mudar a escola é processo complexo, entretanto, para atender a propostas cidadãs, é imprescindível não somente escrever um Projeto Pedagógico com ênfase na inclusão escolar, não somente discursar, mas agir. A escola inclusiva precisa reformular o currículo, a avaliação, a metodologia, o olhar que dirige a cada aluno. Precisa compreender que o educando “tem a capacidade de ir além das fronteiras, sendo esta uma das significativas vantagens dos seres humanos, isto é, a de se terem tornado capazes de ir além de seus condicionamentos” (MARQUES, 2006, p. 224).

O que ocorre, conforme Freire e Guimarães (1982) apontam, é que a escola, em vários momentos, ao invés de auxiliar, aumenta os problemas das crianças, porque não tem compreensão da dimensão dos seus educandos, o que influencia no aprender e, logo, no ensinar. A escola inclusiva deve propor e aproveitar situações em que os educandos experimentem o valor que há na diversidade.

A educação inclusiva, em seu processo histórico, demandará tempo e disponibilidade de todos para que sejam atingidos altos níveis de padrão de qualidade. Mesmo não sendo especificamente para os alunos com necessidades educacionais especiais, Paulo Freire tem uma citação importante que resume um pouco as necessidades prementes para este tipo de educação: “É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. Que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças” (FREIRE, 1999, p. 157).

Assim como a educação progressista, a educação inclusiva também depende, para sua efetivação, de outros incentivos que não são somente a vontade e o desejo do professor. Há uma rede, interligações que são necessárias para o sucesso destas propostas.

Quanto à escola e ao educador, as ideias do autor contribuem de maneira expressiva para a construção de uma escola inclusiva, com princípios organizativos. Freire (2002) argumenta que não há docência sem discência, ou seja, ambos, embora diferentes entre si, educador e educando, educam-se. Educar exige pesquisa, fazendo parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa.

Ainda, ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, e isso envolve humildade para reconhecermos que, como educadores, estamos sempre em constante aprendizagem. Dessa forma, é necessário que haja tolerância e luta pelos direitos dos educandos e dos educadores e uma busca constante de formação e atualização, de apropriação de novos conhecimentos e aprendizagens. Requer, igualmente, respeito aos saberes dos educandos e a apresentação de uma proposta pedagógica adequada que permita desenvolver todas as potencialidades dos alunos com deficiência.

Além disso, como já sinalizado, o ato de ensinar exige criticidade (FREIRE, 2002), ou seja, é preciso ser crítico no pensar, no agir, no educar, no planejar. Esse processo envolve a reflexão crítica sobre a prática pedagógica diária, sobre o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Na educação, é necessário que haja bom senso para diferenciar autoridade de planejamento, direcionamento de cobrança, orientação de autoritarismo e exigência de total submissão. Salienta-se, da mesma forma, o comprometimento com a possibilidade de aprender do aluno. Ensinar exige saber escutar este aluno, escutar sua fala, seu silêncio, seus ditos e seus não ditos.

Essas ideias, tão bem exploradas por Paulo Freire, vão reordenando a prática pedagógica inclusiva, abrindo novos horizontes, dando base de sustentação a ela, ampliando os seus limites de ação. Elas vão permitindo que o(a) educador(a) reflita e faça da dificuldade uma possibilidade de superação, ou como pontua Freire:

Quando a prática é tomada como curiosidade, então essa prática vai despertar horizontes de possibilidades. As pessoas então fazem de seus discursos um panorama do que é possível fazer. Não se limitam apenas àquilo que deve ser feito. As pessoas descobrem com a prática as suas possibilidades. Mesmo dentro dos limites analisados,

as pessoas organizam esforços para viabilizar o que está sendo difícil de ser feito. (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 40).

A escola inclusiva não é um caminho fácil a ser percorrido, mas é uma opção que, quando feita, precisa ser construída dia a dia. A inclusão escolar dos alunos com deficiência não vai significar a solução da exclusão desses sujeitos, contudo, será o primeiro passo na luta pela inclusão social.

A busca pela teoria tem o papel fundamental de dar suporte ao professor no conhecimento das várias necessidades especiais que podem existir no grupo, auxiliando-o a realizar seu planejamento, de forma coerente, com objetivos voltados para a promoção do aluno, como cidadão de direitos e deveres capaz de exercê-los.

Não há uma fórmula pronta para efetivar o processo de inclusão escolar. Ela se processa passo a passo, como resposta às demandas de determinada cultura. Os erros e os acertos irão se configurando no caminhar, pois inclusão é um processo que precisa ser pensado e repensado sempre. Não é possível fazê-la sem começar e sem percorrer os caminhos da vida escolar, onde todos ingressam e permanecem para o desenvolvimento da potencialidade na construção de saberes e valores, em busca de viver e conviver numa sociedade de pertença. Freire afirma: “é que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar (1999, p. 155).

Sendo assim, ninguém “aprende sobre o processo de inclusão” apenas lendo textos e planejando ações desvinculadas de valores éticos. Aprende-se a incluir, incluindo cada aluno no processo, e incluindo-se nele. Assim, o processo vai sendo construído de forma a encarar os desafios presentes na escolarização frente às necessidades de cada aluno. Muitas vezes temos uma noção do que é necessário, mas saber teoricamente o que é preciso não é garantia de sucesso na implantação de algo que desconhecemos como se dá. Portanto, nada deve servir de motivo para desistir da luta. A tessitura “desejosa” entre a teoria e a prática é fundamental para que a inclusão aconteça.

Considerações finais

Paulo Freire é um educador que, ao escrever suas ideias, conversa com o interlocutor e dialoga com ele. Não dá respostas prontas. Não há, em suas obras, sequências metodológicas,

ou sequências lineares a serem seguidas para um bom planejamento ou para uma boa aula. Nelas não encontramos “receitas de bolos”.

Suas ideias, o tempo todo, são um convite para que possamos refletir, pensar e questionar frente às ações necessárias para a transformação da escola. Assim, apresenta inúmeros princípios para os vários caminhos a serem trilhados pelos educadores.

Sua vida e sua obra revelam uma dedicação profunda à luta por uma sociedade mais humana, justa e igualitária. Uma sociedade que não discrimine, que não exclua ninguém, que não ponha ninguém a margem da vida. Uma sociedade que possa conviver sem oprimidos e opressores. Nessa luta, o autor provou ser possível uma educação que inclua todos, em especial, os considerados “excluídos”, visando provocar uma mudança tanto na sociedade quanto nas suas concepções.

O autor retoma o papel da educação como instrumento de transformação do homem e da sociedade, e coloca ao educador uma função importante nesse processo. No entanto, nada disso ocorre sem riscos ou mudanças necessárias para o favorecimento das modificações nesse cenário.

Por essa razão, é tão fácil associar as ideias de Paulo Freire à proposta de educação inclusiva de alunos com deficiência. Sua maneira de ver as coisas é coerente com a história desses sujeitos excluídos pela sociedade, e que estão em busca de igualdade de oportunidades. Trata-se, pois, de um teórico que pode trazer grandes contribuições para as propostas de formação de professores para a educação inclusiva, em função de tudo que oferece de possibilidades de trabalho com a capacidade crítica de cada um, com a construção de conhecimento e com o processo dialógico.

Acreditar na transformação do mundo pelos caminhos freireanos, da comunhão, do diálogo, da conscientização e da libertação, é acreditar na capacidade de todos os seres humanos alimentarem juntos o ideal utópico da mudança, no qual a inclusão é, nos nossos dias, um dos maiores de todos os sonhos: uma realidade em que opressores e oprimidos se façam, livres dos elos aprisionantes do preconceito, da discriminação e da justiça. (MARQUES, 2006, p. 228).

Freire nos mostra que não podemos esperar pelo amanhã para mudar. O amanhã depende do hoje, e somos nós que vamos reinventar as diferentes situações de acolhimento e escuta, de inclusão e sucesso dentro do espaço escolar, onde saber e ser sejam possíveis a todos, independentemente de suas características físicas, emocionais ou intelectuais. São os educadores que vão organizar e propor alternativas para uma real equidade social e

oportunidades de crescimento cognitivo e social para cada um que é atendido na escola. A educação, portanto, tem um papel fundamental no hoje, no amanhã e em qualquer tempo.

[...] o amanhã é problemático. Para que ele venha é preciso que construamos mediante a transformação do hoje. Há possibilidades para diferentes amanhãs. A luta já não se reduz a retardar o que virá ou a assegurar a sua chegada; é preciso reinventar o mundo. A educação é indispensável nessa reinvenção. Assumirmo-nos como sujeitos e objetos da História nos torna seres da decisão, da ruptura. Seres éticos. (FREIRE, 1995, p. 40).

Referências

- FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olho D'água, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre Educação (Diálogos)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. V. 1.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre Educação (Diálogos)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. V. 2.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Quê fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MARQUES, Carlos Alberto. Uma Leitura da inclusão a partir do pensamento de Paulo Freire. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 219-229, jul./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v31i2.1257>.

Recebido em: 08/11/2021.

Aceito em: 02/06/2022.